

# Tréplica (\*)

Samuel A. Morley

e

Jeffrey G. Williamson(\*\*)

Nosso artigo, desde quando foi publicado, provocou um volume considerável de controvérsia. Qualquer autor deve receber com evidente satisfação a atenção despertada pelo fruto de seu trabalho. Todavia, lastimamos o uso distorcido de nosso artigo por parte de polemistas de tendência tanto pró quanto antigoverno. Fomos citados fora do contexto, nossos resultados foram torcidos, e fomos identificados no terreno político com base em uma mera pesquisa isolada. Debates a este nível parecem confirmar o ponto de vista, que vem aparecendo crescentemente no Brasil, de que não há argumentos acadêmicos e de que todos defenderiam interesses próprios e de natureza política. Rejeitamos irrestritamente esta concepção e esperamos que os participantes do “Grande Debate da Distribuição” também o façam.

---

(\*) Este artigo constitui uma réplica às diversas críticas geradas pelo trabalho dos autores «Growth, Wage Policies and Inequality: Brazil during the Sixties», *Estudos Econômicos*, 5(3), São Paulo: IPE/USP, 1975,, onde foi tratado como «Crescimento, Política Salarial e Desigualdade: o Brasil durante a Década dos Sessenta.» Dentre estas críticas, as principais a que esta réplica se dirige se acham traduzidas em *Estudos Econômicos*, 6 (2). Traduzido do original inglês «Reply».

(\*\*) Os Autores são professores, respectivamente, da Universidade de Vanderbilt e Wisconsin.

Os objetivos de nosso artigo eram dois:

- (i.) “isolar” o impacto relativo do controle governamental de salários das forças de mercado, na direção tomada pela distribuição de renda no Brasil durante os anos sessenta; e
- (ii.) interpretar as tendências da distribuição em termos de bem-estar social.

Achamos que nosso artigo obteve sucesso em ambos. Rodolfo Hoffmann e John Wells não concordam conosco. Procuraremos dominar a ânsia da réplica às críticas, ao longo do trabalho, dado que o leitor é inteiramente capaz de julgar o mérito da questão por si só. Entretanto, os comentários de Hoffmann e Wells contêm diversos erros empíricos, lacunas no que diz respeito à lógica econômica e importantes distorções dos resultados de nossas pesquisas. Seria um desleixo de nossa parte se deixássemos de eliminar tais irrelevâncias daquilo que já constitui por si um campo bastante confuso.

Wells<sup>(1)</sup> critica nossa inclusão do nível zero de renda na distribuição das estatísticas na quinta parte de nosso trabalho. Desde que a proporção da força de trabalho no nível de renda zero caiu de 14,7% para 11,7%, entre 1960 e 1970, as curvas de Lorenz para as duas distribuições obviamente se interceptarão se o nível de renda zero for incluído nos cálculos. Deverá essa classe de renda ser incluída ou excluída do cálculo da distribuição de renda e suas variações através do tempo?

Wells parece julgar que incluímos a classe de renda zero apenas porque o desemprego caiu durante a década de sessenta. Está equivocado pois o fizemos por se tratar de um componente inegável da força de trabalho. Não vemos razão suficiente para excluir esta ou qualquer outra classe de renda, ao estimar a tendência na amplitude das distribuições. Seguramente, a revisão de Wells da bem conhecida fragilidade nos dados da distribuição falhou no fornecimento de qualquer critério, e o mesmo é

---

(1) John WELLS — «The Distribution of Personal Income in Brazil during the Sixties: a Critical Note on the Paper by Morley and Williamson». Publicado em português como «A Distribuição de Renda no Brasil durante a Década de Sessenta: uma Nota Crítica ao Estudo de Morley e Williamson». *Estudos Econômicos*, 6 (2), São Paulo: IPE/USP, 1976.

verdadeiro para o trabalho anterior de Langoni. O único ponto relevante reside no peso que cabe atribuir à experiência de cada classe de renda ao longo do tempo. Wells pretende ignorar completamente o grupo de renda mais baixo (zero) enquanto que nós desejamos apresentar os dados de modo a possibilitar que o leitor faça sua própria interpretação política. Que os porta-vozes do governo tenham escolhido um peso baixo ou nulo para aquela categoria é uma escolha que repousa além de nosso controle. Retornaremos a este debate essencial mais adiante. Por ora cumpre elucidar alguns pormenores.

A classe de nível de renda zero compõe-se primordialmente de dois grupos: (i) alguns realmente desempregados e (ii) outros, membros de famílias de trabalhadores agrícolas que trabalham sem remuneração. Wells discorre amplamente sobre estes últimos e ignora os primeiros. Alonga-se sobre o ponto de que a renda dos membros dessas famílias (em que predominam jovens do sexo masculino) é provavelmente subestimada, particularmente em 1960. Portanto, a melhora no nível de renda das famílias assalariadas na agricultura apresenta alguns vieses ascendentes não observáveis. Reconhecemos a existência de tais vieses<sup>(2)</sup>, contudo se deveria dar ênfase à possibilidade de aparecerem vieses compensadores na direção contrária: porque optar pela rejeição dos dados da classe de renda zero nestas bases?

O nível de renda zero inclui também uma porção substancial de desempregados, principalmente aqueles que procuram emprego pela primeira vez. E estes totalizavam 58% do total de desempregados em 1970<sup>(3)</sup>. Parece razoável afirmar que a importância relativa dos desempregados reais como integrantes da classe de renda zero era substancialmente mais elevada em 1960. Pode-se argumentar, entretanto, que parte significativa de seu declínio relativo ocorre em virtude do declínio do desemprego. Não há dados que confirmem ou neguem as direções do desemprego mas estas são consistentes com nossas simulações. Resumindo, Wells não fornece qualquer evidência a favor da exclusão de, aproximadamente, de 10 a 15% da força de trabalho situada na parte inferior da distribuição.

Voltemo-nos agora para outro aspecto. Independentemente do tratamento atribuído à classe de renda zero, o crescimento rá-

---

(2) WELLS — *Op. Cit.* V. nota de rodapé n.º 6. 133.

(3) *Censo Demográfico*, p. XXXIV.

pido da renda nos anos sessenta torna ambíguas as conclusões referentes ao bem-estar. Wells afirma que a ambiguidade surge apenas em função de “as curvas de Lorenz se cruzarem”, e que o fazem em decorrência da inclusão do grupo de renda zero nos cálculos. Uma vez mais Wells está em erro. Em uma economia em crescimento, qualquer instrumento de mensuração da distribuição conhecido falhará na tentativa de absorver as reais melhoras no nível de renda. Tentamos enfatizar este ponto o mais possível na última parte de nosso artigo, mas Wells aparentemente não o considera importante.

É bastante provável que uma economia mais rica, com distribuição menos equitativa, seja preferível a uma mais pobre, com distribuição mais igualitária, não obstante uma economia rica e com melhor distribuição ser preferível a ambas. Grande parte do debate brasileiro sobre a distribuição pode ser explicado por uma confusão a respeito de qual análise comparativa esteja sendo feita. Os participantes da discussão podem desejar argumentar sobre o que deveria ser ou o que poderia vir a ser. Nosso trabalho, porém, foi dedicado apenas ao que era e o que poderia ser sob certas condições alternativas. Nas primeiras fases do moderno crescimento econômico, as estatísticas geralmente utilizadas para a mensuração da distribuição de renda com certeza exibirão desigualdades de tendência. Os cientistas sociais devem tentar decompor tais tendências naquelas resultantes de três tipos de mudanças:

- (i) as mudanças estruturais decorrentes do crescimento;
- (ii) as forças inevitáveis das alterações demográficas; e
- (iii) as políticas governamentais.

Devem também apontar que tendências constituem indicadores ambíguos na piora do bem-estar. Acreditamos que a classe de renda mais baixa preferiria a renda familiar de 1970 àquela dos níveis mais baixos de 1960, independentemente do nível de renda real das outras classes de renda. De alguma forma, nossos indicadores sociais devem levar em conta este fato e sua contabilização é o que há de mais urgente para as economias de crescimento rápido como o Brasil.

Não conhecemos estatísticas que permitam separar o emprego do desemprego para 1960. Portanto, não estamos capacitados para testar o prognóstico de emprego de nossa simulação,

em contraposição aos dados observados. Nosso modelo inclui a predição de uma taxa de crescimento do emprego relativamente mais elevada que a taxa de crescimento da força de trabalho (3,1% vs. 2,7%). Uma vez passível de observação em 1960, esse fato viria a implicar uma taxa de desemprego aberto ao redor de 4,5%<sup>(4)</sup>. Seríamos os primeiros a admitir que nossa estimativa do crescimento do emprego, que mantém a taxa de desemprego como um resíduo, pode estar, de fato, superestimando. Wells pensa dessa forma e salienta o fato. Entretanto, incide em erro ao confirmá-lo, em vista de que, dessa maneira, nosso argumento resultaria fortalecido, e não enfraquecido, desde que o viés viesse a se confirmar. O objetivo do exercício de simulação histórica se propõe como finalidade demonstrar os efeitos direto e indireto do crescimento sobre a distribuição. A redução da estimativa da taxa de crescimento do emprego atuaria no sentido de diminuir a taxa de desemprego. Em consequência, estaria aumentando o coeficiente hipotético de Gini, simulado para 1970, para toda a força de trabalho. Assim, isto deixaria **menos** por explicar do deslocamento para cima no coeficiente de Gini para política salarial, e não **mais**. Além disso, a taxa de crescimento global não viria a alterar a curva em forma de “tigela” do crescimento do emprego por classe de renda. O impacto do diferencial de crescimento na demanda, associado ao do diferencial das elasticidades de oferta, viria a garantir que o efeito indireto do crescimento econômico sobre os salários relativos continuasse grande.

Nós já apontamos o fato de que, nas afirmações de Wells referentes aos dados de emprego, não se verifica uma substancial melhora na base da pirâmide da renda, se é que há alguma. Ele apresenta dados que, aparentemente, contrastam de forma violenta com nosso ponto de vista. Sua Tabela 1 mostra o emprego crescendo a uma taxa menos intensa que a taxa de crescimento da força de trabalho brasileira (2,7% vs. 2,8%). A diferença se apresenta até mais pronunciada no que diz respeito ao setor urbano onde, de acordo com Wells, o crescimento do emprego atinge apenas 4,2%, comparados com os 4,7% para a população economicamente ativa. Se os dados de Wells estivessem corretos, como poderíamos alegar uma redução no desemprego durante os anos sessenta?

---

(4) 
$$\frac{\text{O desemprego em 1960}}{\text{em 1960}} = \frac{\text{Força de trabalho} - \text{Emprego 1970}}{(1031)10}$$

Infelizmente, os dados de Wells são totalmente irrelevantes. O que ele identifica como o nível de emprego, a partir das estimativas do **Censo Demográfico**, corresponde na realidade a uma estimativa da força de trabalho global. Consequentemente, incluindo o desemprego! Isso contraria as asserções de Wells, que não forneceu informações sobre a taxa de desemprego, visto que seus dados sobre esta na realidade se referem à diferença entre a taxa da população e o crescimento da força de trabalho. A diferença dificilmente mede a tendência do desemprego, senão que apenas reflete a tendência nas taxas de participação<sup>(5)</sup>. Além do mais, o crescimento da população urbana não deveria ser comparado ao crescimento da força de trabalho não-agrícola, em virtude da crescente importância da mão-de-obra agrícola sustentada pelo meio urbano (os “bóias-frias”).

De acordo com Wells, nós tentamos demonstrar que o desemprego caiu em função da política governamental do salário mínimo. De acordo com suas próprias palavras,

“( . . . ) Morley e Williamson não apresentam nenhuma evidência empírica. . . . que pudesse apoiar o argumento que defendem no sentido de que ‘a política de salário mínimo deve ter ocasionado uma expansão nas oportunidades de emprego para os trabalhadores agrícolas, trabalhadores urbanos marginais e desempregados’ entre 1960 e 1970”<sup>(6)</sup>.

Wells está nos citando fora do contexto. Ele divide a sentença que aparece na introdução de nosso artigo, onde são discutidas as possibilidades de efeitos hipotéticos de política salarial. Se tivesse tido o cuidado de incluir a primeira parte da sentença, teria ficado claro para qualquer leitor que nós estávamos apenas levantando a possibilidade de que, onde a demanda por mão-de-obra é sensível ao preço, as diminuições no salário mínimo poderiam aumentar a demanda por trabalho. A frase como um todo diz:

“À medida em que as demandas por trabalho não qualificado não são totalmente insensíveis aos custos relativos dos

---

(5) Casualmente, Wells comete um outro equívoco ao usar o grupo de idade 15-69, na Tabela 1, para o grupo de população controle. A força de trabalho é definida pelo Censo a partir de dez anos de idade. A população de mais de dez anos deveria ser a utilizada para efeito de comparação.

(6) WELLS — Op. Cit., p. 29.

fatores, a política de salário mínimo deve ter ocasionado uma expansão nas oportunidades de emprego para os trabalhadores agrícolas, trabalho urbano marginal e desempregados”

Achamos surpreendente pensar que algum economista se negasse a considerar e, mais ainda, a investigar, a possibilidade de que a manutenção dos salários pudesse aumentar a absorção de mão-de-obra.

Wells não se dá por contente com nosso uso do modelo convencional de mercado de trabalho para predizer o efeito do crescimento nos salários relativos. Ele se indispõe com três de nossas hipóteses:

- (i) que a renda seja uma “proxy” da qualificação;
- (ii) que a elasticidade da oferta dos não qualificados seja maior que a dos qualificados; e
- (iii) que a demanda relativa da mão-de-obra qualificada permaneça constante através do tempo dentro de um dado setor.

Em relação à primeira hipótese, Wells investiu no terreno inseguro da semântica. É bastante claro que, se se pudesse medir qualificação, não haveria perfeita correlação nem com a renda nem com a escolaridade. A confissão pode fazer com que Wells se sinta melhor mas não faz com que qualquer de nossos resultados sofra a menor alteração. Se ele assim o desejar, o leitor pode simplesmente substituir a expressão “mão-de-obra de baixa qualificação” por “mão-de-obra com baixa remuneração” no artigo. O segundo ponto de Wells é mais sério mas também mais intrincado. Citando o próprio Wells,

“( ) se se tomam valores para a elasticidade da oferta de trabalho qualificado maiores do que a unidade e se manter a hipótese convencional de que a elasticidade oferta de trabalho qualificado excede a de trabalho não qualificado, então o poder explicativo da especificação de Morley e Williamson da hipótese da oferta e demanda diminui consideravelmente”(7).

---

(7) Id. — *Ibid.*, pp. 38/9.

É bem possível que a elasticidade da oferta de mão-de-obra qualificada seja mais alta que a da mão-de-obra não qualificada na Inglaterra, mas dificilmente é o caso relevante para o Brasil. Poucos economistas acatariam a posição de Wells "a sério", especialmente em face do constante ingresso de novos integrantes à força de trabalho, resultantes do crescimento demográfico explosivo anterior. Ao contrário, o excesso de mão-de-obra não qualificada e as rígidas restrições à qualificação têm constituído suposições compatíveis na literatura do desenvolvimento e planejamento, já desde um bom tempo. Wells não nos persuadiu a rejeitar a literatura convencional em favor de sua caracterização alternativa. O crescimento econômico no Brasil, que é intensivo quanto à qualificação, virá agravar as diferenças salariais relativas e a distribuição de renda sob nossa inofensiva hipótese de elasticidade de oferta e, em função desse aspecto, à revelia da política salarial do governo. Este constituía o futuro de nossa mensagem nas seções de 1 a 4 de nosso artigo, e as críticas de Wells não diminuem sua força.

A insatisfação por parte de Wells, no que se refere à terceira hipótese, nos deixa mais perplexos ainda. Nosso modelo de mercado para mercados de trabalho supõe que as exigências relativas por qualificação da mão-de-obra permanecem constantes, ao longo de um dado período de tempo, dentro de qualquer setor. Wells está deveras perturbado:

"Tampouco se pode supor que, como resultado do crescimento do produto e do emprego, um setor simplesmente duplicará a composição da qualificação de sua força de trabalho. "(8)

Concordamos. Realmente as forças que incrementaram a expansão dos salários altamente qualificados também incentivaram as empresas e indústrias a substituir mão-de-obra qualificada cada vez mais cara por mão-de-obra e maquinário barato. Em consequência, as tendências verificadas pela qualificação no emprego contribuem para turvar a real influência do crescimento desequilibrado. Nosso modelo de mercado de trabalho tende a subestimar a influência das forças de mercado induzidas pelo crescimento e a superestimar o residual combinado das influências da política salarial do governo e das influências externas ao mercado na estrutura dos vencimentos salariais. Resumindo, a

---

(8) Id. — *Ibid.*, p. 38.



hipótese por nós assumida de exigências de qualificações diversas constantes tende a subestimar o nosso caso e não, como o Wells o coloca, a superestimá-lo.

Voltar-nos-emos agora para os comentários de COSTA e de HOFFMANN<sup>(9)</sup>. Encontramo-nos satisfeitos de que a publicação de nosso artigo tenha vindo a motivar esses brilhantes comentários em torno do sentido e da mensuração da desigualdade. Sentimo-nos, todavia, na necessidade de protestar veementemente inocência, diante da acusação de Hoffmann de que fizemos um mau uso do índice de Atkinson quando o parâmetro da desigualdade excedia a unidade. Como Hoffmann acertadamente o indica, o índice não é definido em relação aos casos de nível de renda zero, quando  $\epsilon > 1$ . Para proceder à correção disso, arbitraria-

mente definimos  $\left(\frac{Y_i}{\bar{Y}}\right)^{1-\epsilon} = 0$ , para o nível de renda zero. Ao lei-

tor é facultado rejeitar a medida corretiva em favor de uma alternativa óbvia: a simples combinação das duas classes de renda inferiores. Sem dúvida alguma, qualquer destas duas alternativas é preferível àquela proposta por Wells, de simplesmente eliminar

TABELA 1

## ÍNDICE DE ATKINSON PARA BEM-ESTAR SOCIAL

Estimativa Original:

$$\frac{(Y_a)^{1-\epsilon}}{Y} = 0, Y_a = 0$$

Estimativa Revisada:

A Combinação das duas  
Classes de renda inferiores

	1960	1970	1960	1970
$\epsilon = 0,5$	0,342	0,370	0,291	0,327
$\epsilon = 1,5$	0,180	0,328	0,624	0,610
$\epsilon = 4,0$	0,628	0,540	0,707	0,625
$\epsilon = 10,0$	0,725	0,713	0,843	0,798

(9) Rodolfo HOFFMANN — Distribuição de Renda no Brasil: Um Adendo e uma Correção a um Artigo de Morley e Williamson, *Estudos Econômicos*, 6 (2), São Paulo: IPE/USP; e Ramonaval A. COSTA — Bem-Estar e Indicadores de Desigualdade, *Ibid.*.

o nível de renda zero ou então insistir em que o índice seja montado para ser igual a um.

O índice de Atkinson é apresentado na Tabela 1 para ambas as estimativas, a original e a revisada (classes combinadas). O que é particularmente interessante é o fato de que as estimativas revisadas melhoram a performance da distribuição de renda dos anos sessenta no sentido de não se fazer necessária a utilização de  $\epsilon$  tão elevada (assim elevar o peso na classe de renda mais baixa) para conseguir um decréscimo no Índice de Desigualdade através da década. Nosso método anterior de determinação do valor zero para os níveis de renda zero confere a esta classe um pequeno impacto no índice de Atkinson. De fato, isto viesou o resultado contra a hipótese da melhora na distribuição através dos anos da década de sessenta. Qualquer método que se escolha para operar o grupo de renda zero deixará evidente que deve existir algum método de ponderação que apresentará 1970 como um ano "melhor" que 1960 (desde que as curvas de Lorenz se cruzem). Nós apenas explicitamos este método de ponderação.

A tabela também indica que, não obstante a situação do Brasil possa ter melhorado durante os anos sessenta, na realidade tornou-se apenas menos ruim. Estes altos índices de Atkinson para 1970 estabelecem simplesmente que o Brasil poderia ter produzido o mesmo nível de bem-estar social, com uma distribuição equitativa da renda, e com apenas de um terço a três quartos da renda efetivamente produzida.

A distribuição de renda no Brasil tem sido e continua sendo uma forma ineficiente de produzir bem-estar social. O índice sugere que, apesar de se terem verificado melhoras durante esta década, a distribuição de renda permanece muito desigual, quando comparada com os padrões internacionais.